

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº /2020

(Do Sr. POMPEO DE MATTOS – PDT/RS)

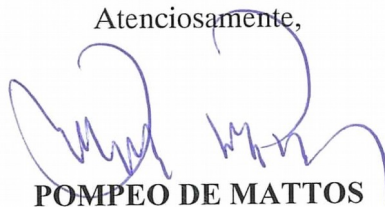
Solicito informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Economia, **PAULO ROBERTO NUNES GUEDES**, para que informe sobre a situação do atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, neste período de Pandemia, bem como, de estratégias que estão sendo adotadas para redução das filas e viabilização do acesso por parte do Instituto aos segurados que não conseguem se comunicar e navegar no site **Meu INSS** e o **Canal 135**, que são essas pessoas mais humildes e que se encontram em maior dificuldade e sem direito aos serviços prestados pelo Instituto.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que *seja recebido e processado o Requerimento de Informações dirigido ao* Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Economia, **PAULO ROBERTO NUNES GUEDES**, para que informe sobre a situação do atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, neste período de Pandemia, bem como, de estratégias que estão sendo adotadas para redução das filas e viabilização do acesso por parte do Instituto aos segurados que não conseguem se comunicar e navegar no site **Meu INSS** e o **Canal 135**, que são essas pessoas mais humildes e que se encontram em maior dificuldade e sem direito aos serviços prestados pelo Instituto.

Sala das Sessões, de de 2020.

Atenciosamente,


POMPEO DE MATTOS
Deputado Federal
PDT/RS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº /2020

(Do Sr. POMPEO DE MATTOS – PDT/RS)

Solicito informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Economia, **PAULO ROBERTO NUNES GUEDES**, para que informe sobre a situação do atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, neste período de Pandemia, bem como, de estratégias que estão sendo adotadas para redução das filas e viabilização do acesso por parte do Instituto aos segurados que não conseguem se comunicar e navegar no site **Meu INSS** e o **Canal 135**, que são essas pessoas mais humildes e que se encontram em maior dificuldade e sem direito aos serviços prestados pelo Instituto.

A Sua Excelência o Senhor
PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
Ministro de Estado da Economia

Senhor Ministro,

Solicito a V. Exa., com base no § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, informações sobre a situação do atendimento do INSS neste período de Pandemia, bem como, de estratégias que estão sendo adotadas para redução das filas e viabilização do acesso por parte do Instituto aos segurados que não conseguem se comunicar e navegar no site Meu INSS e o Canal 135, que são essas pessoas mais humildes e que se encontram em maior dificuldade e sem direito aos serviços prestados pelo Instituto.

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é um dos principais órgãos do governo brasileiro, que tem como sua missão “*garantir a proteção aos cidadãos*”



por meio do reconhecimento de direitos, com o objetivo de promover o bem-estar social.”

O trabalho do INSS é de fundamental importância para as dezenas de milhões de brasileiros que tem no seu benefício previdenciário, o sustento próprio e de suas famílias.

Ocorre que o INSS tem um passivo muito grande de atendimentos visando a concessão do direito de seus segurados. Em reportagem do jornal Correio Braziliense de 02 de março de 2020, portanto, poucos dias antes de ser deflagrada a crise por conta da Pandemia por COVID-19, o próprio presidente do órgão Leonardo Rolim, reconhecia a existência de uma fila de cerca de 1,884 milhões de pessoas, e que deste total, mais de 1,250 milhões aguardava há mais de 45 dias o atendimento de seus pedidos, tendo uma média geral de 80 dias de espera.

Senhor Ministro, deve-se acreditar que esta situação ganhou um grau maior de dificuldade após o cancelamento do atendimento presencial em virtude da Pandemia, restando aos segurados somente o atendimento remoto, o que com certeza penaliza ainda mais aqueles brasileiros e aquelas brasileiras mais humildes, que residem nos locais mais distantes do país, bem como, aqueles que não tem acesso a serviços e tão pouco dominam o uso de equipamentos de comunicação como celular e computador .

Essa realidade afeta grande parte das pessoas que com certeza se encontram na fila para ter seu direito apreciado.

Pode se imaginar um trabalhador mais humilde que sofreu um acidente de trabalho e vai ao médico para atendimento e recebe um atestado para buscar o direito ao auxílio doença junto ao INSS. Essa pessoa terá de preencher um cadastro eletrônico e juntar cópia deste atestado médico, torcendo para que consiga alguém que lhe auxilie no preenchimento correto do cadastro e que o médico tenha colocado o código CID no documento. Considerando ainda que, apesar deste Segurado ter sua solicitação automaticamente RECONHECIDA, o sistema não faz a média salarial a que faz jus e pagando apenas o SALÁRIO MÍNIMO, com a promessa de uma REVISÃO após o atendimento normalizar e ser Periciado pelo PERITO MÉDICO. Convenhamos: O Sistema já deveria estar preparado para fazer a média do cálculo, não pode o cidadão pagar por possíveis fraudes. Os compromissos financeiros não esperam.

Essa é uma situação grave e que merece uma atenção especial do governo para não deixemos aqueles brasileiros mais humildes, completamente desassistidos. Dessa forma, se questiona a Vossa Excelência:

1 – Qual o tamanho da fila de atendimento do INSS na presente data? Solicita-se que se faça a distinção entre os benefícios de auxílio doença, aposentadoria, pensão por morte, pensão por invalidez e revisão dos valores recebidos.

2 – Quantos dias em média um segurado tem levado para que seu atendimento seja realizado?

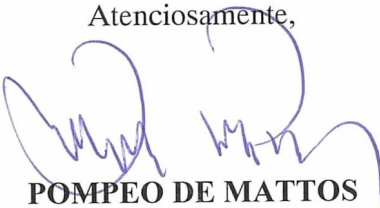
3 – Se existe alguma estratégia visando o atendimento do cidadão que reside em locais sem atendimento de internet?

4 – Por que os Peritos Médicos estão em estrutura dentro do Ministério e não mais dentro da estrutura do INSS. Causando sérios conflitos na administração local nas Agências da Previdência Social e atrapalhando no andamento de processos administrativos que dependem de análises periciais?

5 - Por que os Médicos Peritos e Servidores Administrativos tem contrato de 8 horas diárias, cumprem 6 e mesmo assim ainda recebem por número de processos e perícias realizadas. Há fiscalização rigorosa da qualidade técnica deste serviço? Temos conhecimento que todas as solicitações de benefícios (com exceção dos auxílios Doenças e Acidente de Trabalho) caem numa espécie de "TANQUE ÚNICO", dificultando mais ainda a obtenção de acesso aos serviços da instituição por aqueles que não possuem meios para interação com o sistema digital atualmente utilizado.

Sala das Sessões, de de 2020.

Atenciosamente,


POMPEO DE MATTOS
Deputado Federal
PDT/RS